

Congresso aprova a PEC da Transição com validade menor

Proposta passou na Câmara em segundo turno com 331 votos favoráveis e 163 contrários

Congresso aprova a PEC da Transição

O Congresso concluiu, ontem, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, principal aposta do governo eleito para bancar as promessas de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

Na Câmara dos Deputados, em segundo turno, a PEC recebeu 331 votos favoráveis (eram necessários 308) e 163 contrários. Na noite anterior, o texto já havia sido aprovado em primeiro turno na Casa. Com mudanças feitas no texto, a matéria teve de voltar ao Senado. Lá, recebeu 63 votos a favor (eram necessários 49) e 11 contrários, em primeiro turno. Às 21h59min, o conteúdo foi aprovado em segundo turno, com o mesmo placar. A proposta seria promulgada ainda ontem à noite.

Antes da votação em segundo turno na Câmara, deputados rejeitaram destaque apresentado pelo Novo propondo a retirada do dispositivo que permite que Lula envie até agosto de 2023 uma proposta de nova âncora fiscal para substituir o teto de gastos por lei complementar, sem precisar de nova emenda constitucional.

O destaque, que partidos do centrão ameaçaram apoiar, representaria derrota para Lula, pois poderia dificultar o caminho para o presidente eleito estabelecer nova regra fiscal. As negociações serviram para o centrão cobrar ministérios, segundo líderes do grupo. Com sinal de que o bloco terá espaço na Esplanada, o destaque foi rejeitado.

O texto aprovado na Câmara reduz a validade da PEC para um ano, depois de Lula aceitar um acordo com líderes do Congresso para desidratar a proposta em troca de apoio. Outra mudança foi a manutenção dentro do teto de gastos de recursos de operações de crédito internacional – que o texto aprovado no Senado excluía da regra fiscal.

Reação

A proposta eleva o teto de gastos em R\$ 145 bilhões para bancar Bolsa Família de R\$ 600 por mês e libera da regra fiscal R\$ 23 bilhões para investimentos já a partir deste ano, além de permitir outras exceções ao teto. A costura incluiu o rateio das verbas do orçamento secreto, derrubado na segunda-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Dos R\$ 19,4 bilhões reservados para emendas de relator, R\$ 9,7 bilhões ficarão para as emendas individuais dos parlamentares e os outros R\$ 9,7 bilhões para uso do governo federal.

Após a aprovação na Câmara, em segundo turno, o futuro ministro da Economia, Fernando Haddad, disse que estava satisfeito com o resultado. Ele comentou que havia dois objetivos: atender compromissos firmados na campanha eleitoral e buscar a neutralidade fiscal. Haddad acrescentou que a nova gestão não tem intenção de

expandir gastos fiscais.

Depois da PEC, o Congresso ainda precisa votar o orçamento de 2023 para garantir os recursos para o presidente eleito. A votação vem sendo adiada desde a semana passada na Comissão Mista de Orçamento (CMO), responsável por analisar a peça orçamentária antes do plenário do Congresso.

Deputados e senadores que não foram reeleitos e que deixarão o mandato exigiam que a votação do orçamento ocorresse hoje, último dia antes do recesso, como condição para votar favoravelmente à PEC, mas viam uma ameaça nos bastidores de adiar o projeto orçamentário para ano que vem. Não votar o orçamento neste ano representaria uma derrota para Lula, que tomaria posse em janeiro apenas com uma autorização provisória para gastar, e retaliação à derrubada do orçamento secreto pelo STF.

Se o projeto ficar para 2023, emendas ficarão reservadas somente aos deputados que tomarão posse em fevereiro. O governo eleito conseguiu votos para aprovar a PEC justamente ao atender esse grupo, com a transferência de parte das emendas secretas para emendas individuais. Para acalmar os ânimos, o presidente da CMO, Celso Sabino (UB-AP), aliado de Arthur Lira (PP-AL), que fez o acordo com Lula, enviou comunicado aos parlamentares dizendo que a votação será hoje.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Contas Públicas **Página:** 10